



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10997 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 04/GT 12 -Didática, Currículo e Tecnologias Digitais

LUGAR E NÃO LUGAR DAS “MINORIAS SOCIAIS NORTISTAS” NO CURRÍCULO DO DOUTORADO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA

Jose Damiao Trindade Rocha - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Francisco Thiago Silva - UnB - Universidade de Brasília

### **LUGAR E NÃO LUGAR DAS “MINORIAS SOCIAIS NORTISTAS” NO CURRÍCULO DO DOUTORADO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA**

**Resumo:** A pesquisa com/as “minorias sociais nortistas” da/na Amazônia nos implica em refletir pós-currículo da diferença. O trabalho traz a análise documental na perspectiva da “pesquisa implicada” de base fenomenológica (MAIA; ROCHA, 2017) com a questão norteadora indagando o currículo do curso de Doutorado em educação na Amazônia sobre o “lugar” e “não lugar” das “minorias sociais nortistas” no grupo de pesquisa Gepce/minorias. O doutorado é um curso da rede Educanorte formada por nove universidades da região Norte do Brasil. Nossas considerações apontam para a “vigilância epistemológica” para com os “currículos turísticos”, o “currículo *souvenir*” ou o “currículo festivo” das “minorias sociais nortistas” uma vez que não estando descritas no projeto curricular as “minorias sociais nortistas” como categorias de pesquisa correm os riscos de serem subsumidas ou de serem trabalhadas na “formação”, na “formação humana”, na “educação da/na Amazônia” na perspectiva do “sujeito universal” moderno.

**Palavras-chave:** Minorias sociais nortistas; Currículo; Doutorado em educação na Amazônia.

#### **Introduzindo com/as minorias sociais nortistas**

O texto problematiza o “lugar” e o “não lugar” (AUGÉ, 1994) das/as “minorias sociais nortistas” (ROCHA, 2019) no currículo de um curso de Doutorado em Educação na/da Amazônia. O lugar pode ser definido como identitário, relacional e histórico, o antônimo dessa concepção é o “não lugar” (AUGÉ, 1994). E nesse sentido se as “minorias sociais nortistas” não tem lugar, elas têm nome, identidade, gênero, etnia, diferença, território. São caboclos e caboclas nortistas amazonidas, povos da floresta, as pessoas indígenas T entre gêneros, as mulheres negras quilombolas, seringueiros, castanheiros, mulheres quebradeiras de coco-de-babaçu, pescadores artesanais, as marisqueiras, os ribeirinhos dos igarapés do

Pará, do rio Tocantins, do rio Araguaia, do rio Amazonas, do rio Tapajós, açazeiros, retireiros do Araguaia, considerando os recortes geracionais, de etnia, raça, gênero, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual, identidade de gênero, e outras identidades que estiverem historicamente excluídos do poder. Resulta de uma pesquisa documental do currículo do curso do Doutorado em Educação na Amazônia (PGEDA/UFGA/UFT), um programa em rede, a partir dos dados da Proposta de Cursos Novos (APCN) de 2017 da Capes, com base nas pesquisas que vimos desenvolvendo com orientandos da pós-graduação e do estágio pós-doutoral no nosso grupo de pesquisa CNPq/UFT Gepce/minorias.

As “minorias sociais nortistas” são/estão na/da região Norte que é a maior entre as cinco regiões, formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Suas maiores e principais cidades são Manaus e Belém, as únicas na macrorregião que possuem população superior a um milhão de habitantes. Porém, Porto Velho, Macapá, Palmas, Rio Branco, e Boa Vista são outros importantes centros regionais. Está localizada na região geoeconômica da Amazônia, entre o Maciço das Guianas (ao norte), o planalto Central (ao sul), a Cordilheira dos Andes (a oeste) e o oceano Atlântico (a nordeste). A região abriga os dois maiores estados em território no país, Amazonas e Pará. Além destes, os dez maiores municípios em área territorial (quatro no estado do Pará e seis no estado do Amazonas), também estão situados na região Norte.

Nos referenciamos na diferenciação conceitual e política de Rocha (2019, p. 01) ao tratar o termo “minorias sociais” ao invés de “diversidade”, esse último usado de forma muito mais genérica e subsumida nas prescrições curriculares. Afirma ele, que as “minorias sociais”,

[...] são grupos marginalizados no contexto social, em função de aspectos econômicos, sociais, culturais, físicos ou religiosos, são aquelas que são deixadas em determinada vulnerabilidade e tem seus direitos negados pelo Poder público. Já o termo “diversidade” tem sido cada vez mais comum nos documentos, ações e projetos de governos, retratando a pluralidade das pessoas e afeita à tolerância. Nós fazemos opção pela abordagem das “diferenças” para refletirmos as “minorias sociais”, por estarem mais associadas ao reconhecimento e igualdade de gênero.

Feitas estas breves considerações sobre as “minorias sociais nortistas” passamos a situar o campo do currículo em tempos (neo)liberais e (neo)conservadores, seguimos com a análise e finalizamos com ideias propositivas acerca da importância da teoria curricular pós-crítica saltar a letra impressa e promover a visibilidade destas e com elas, trabalhar currículos para além da prescrição, para além de “currículo masculino”, de “currículos mercantes” (ROCHA, 2021).

### **Aportes de um pós-curriculo das/para/com minorias nortistas**

O “currículo nacional” expresso na BNCC, nos vem mostrando os perigos de a Base curricular institucionalizar um “currículo mercante” (ROCHA, 2021) e ao mesmo tempo impossibilitar a construção de “conhecimento poderoso” (YOUNG, 2007), nestes tempos em que o “vazio curricular” e o processo de “desentendimento” parecem ser um bom projeto para que, também se formem tanto os professores quanto alunos da educação básica de forma que

se tornem desinteressados politicamente com a cidadania ativa e desprovidos de argumentação para pensarem a suas vidas e o mundo social, ficando condenadas de qualquer possibilidade de participação social. Sobre esse “conhecimento poderoso” ameaçado pelas ações governamentais da necropolítica, entendemos que,

[...] há impossibilidade de um conhecimento poderoso ser consolidado na/pela escola com um “currículo mercante” imposto na Base Curricular e na Base de Formação, porque a polarização reforça o desentendimento e o vazio, tornando a área social, cultural, educacional, um ringue belicoso de disputas de narrativas e de projetos, impossibilitando a construção de consensos mínimos no entorno da qualidade social [...] uma curricularização mercantilista, da graduação, da extensão, da formação de professoras, num momento da realidade brasileira que parece se pautar no “desentendimento” pelo “vazio” e nos sugestionando o ódio parecer bom (ROCHA, 2021, p. 72).

A partir desse pressuposto nos parece não haver mais espaço para se pensar os “currículos diversos” da educação básica como apenas um “espaço de disputas acadêmicas” entre grupos representantes de teorias tradicionais, críticas ou pós-críticas Silva (2011). O que está em questão é a querela entre os inúmeros episódios de enfraquecimento de nossas entidades representativas, grupos de pesquisa e nós como sujeitos pensantes do campo do currículo, e em contra partida o crescimento assustador de empresári@s da educação travestidos de defensor@s da escola e do próprio currículo, quando na verdade, desprestigiam os direitos sociais e investem com toda a força na precarização/privatização do direito público à educação.

O que chamamos de “currículo mercante” (ROCHA, 2021) é justamente a abertura que o empresariado conseguiu nos governos Temer e Bolsonaro, do CNE ao Mec, da educação básica à escola pública, para mercantilizar a educação básica, com destaque para o chamado “novo Ensino Médio”. Há que se questionar porque as fundações de grupos empresariais começaram a “parecer tão bom” para a educação a exemplo da: Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Instituto Unibanco, Fundação Itaú Social, Fundação Roberto Marinho, Fundação SM e Itaú BBA.

A partir dos argumentos de Young (2014; 2014b) queremos como curriculistas refletir esse cenário, dar vez e voz as “minorias sociais nortistas” para com elas enfrentar aqueles que se apropriam e expropriam a democracia brasileira para implodi-la por dentro com golpes institucionais a partir das mudanças da Constituição Federal. Ou seja, os governantes de plantão,

[...] aqueles que detêm o poder político em geral não reconhecem a autoridade do conhecimento dos especialistas em currículo. Essa falta de reconhecimento é parcialmente por nossa culpa: há pouco acordo entre os especialistas em currículo sobre qual deveria ser o objeto de sua teoria (YOUNG, 2014, p. 192).

A chamada de atenção de Young (2014b) é importante para nós da Anped como entidade que lidera pesquisadores/as em educação, no GT de currículo, para nos fazer refletir mais e melhor nossos fazeres e dizeres, pois entendemos não ser mais possível que a nossa atitude teórica não acompanhe a nossa ação política, porque temos sim, muito a dizer sobre

“atos de currículo”.

[...] os políticos responsáveis pelo estabelecimento do currículo nacional não prestam a menor atenção ao que dizem os teóricos do currículo, porque estes não têm nada a dizer. E, portanto, desenvolvem-se currículos frágeis, formulados por políticos e seus assessores, sem nenhum conhecimento especializado, porque eles não querem ouvir os teóricos do currículo (p.1116).

Essa questão nos remete a uma outra, sobre se as nossas pesquisas em educação atingem o “controverso chão da escola”. Ora se é verdade que muitos de nós pesquisadores de universidades não conhecemos muito bem o cotidiano da escola, por outro lado, queremos dizer que não é o regime disciplinar dos alunos pela escola que nos interessa mais, a exemplo da prática das escolas cívico-militares; mas as aproximações e distanciamentos entre o “currículo prescrito” e o “currículo real”, o “currículo posto em prática” pelos professores e o “currículo oculto”.

Se nossas contribuições da pesquisa em educação não chegam à escola se devem às ações, programas e projetos de governos. E isso tem a ver com a perspectiva e a corrente político-partidária do governo. E aqui lembramos da premissa freiriana sobre a imparcialidade, já que todos nós e os governos tem uma orientação ideológica, e a questão é discutir se a base ideológica é inclusiva ou excludente. Por sua vez o currículo perpassa uma relação de poder.

[...] o currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares (SILVA, MOREIRA, 2001, p. 08).

Essas indagações do currículo nos remetem ao “lugar” e “não-lugar” das “minorias sociais nortistas” no currículo do doutorado em educação na Amazônia. Um curso que tem uma repercussão importante na/para a região Norte do Brasil.

### **“Lugar” e “não lugar” das “minorias sociais nortistas” no currículo do doutorado na Amazônia.**

A demanda que fomentou a criação da rede Educanorte por si só já merece destaque no cenário nacional e na região Norte ao reunir nove instituições regionais amazonidas: UEA, UFAM, UFPA, UNIR, UFRR, UFAC, UNIFAP, UFOPA e UFT. Essas instituições da mesma região são geograficamente distantes uma das outras, mas reunidas em rede ampliam o acesso à pós-graduação *strictu sensu* com base no desenvolvimento de conhecimentos que primam pela manutenção e preservação dos ambientes naturais e o desenvolvimento sustentável, sobretudo na área da educação.

Sobre o currículo e o ensino desse doutorado Rocha, Coelho e Hora (2021, p. 323) publicaram um texto no qual apresentam a história da formação da rede e do seu itinerário curricular.

O curso de Doutorado em Educação na Amazônia, foi criado, então, em 2017 a partir da formação da rede Educanorte. Concluída sua elaboração/proposição foi submetida

à Análise de Proposta de Cursos Novos (APCN), homologada na 184ª Reunião do CTC-ES. Parecer CNE/ CES nº 944/2019, aprovada e reconhecida pela Capes, conforme a Portaria nº 475, de 12 de maio de 2020. Iniciou ainda em 2020 a sua 1ª Turma com 55 (cinquenta e cinco) doutorandos de toda a região Norte, com um quadro docente de 39 (trinta e nove) docentes-pesquisadores.

O doutorado tem três linhas de pesquisa: “1. Educação na Amazônia: formação do educador, práxis pedagógica e currículo”, “2.Estado, políticas públicas e gestão da educação” e “3.Saberes, linguagem e educação”. No ementário da primeira linha de pesquisa já identificamos a valorização dos espaços regionais e dos grupos de pesquisa que fazem parte do curso ao assegurarem que a linha,

Articula as questões referentes à formação do educador amazônico e sua práxis pedagógica ao debate curricular sobre a produção e distribuição social dos conhecimentos, as políticas de currículo, aos fazeres curriculares e as especificidades regionais da história do currículo e disciplinas escolares (APCN/PGEDA, 2017, p.37).

Prosseguindo nossa análise documental nos “Objetivo do curso/perfil do egresso a ser formado” observamos aspectos de que, de fato, as “minorias sociais nortistas” são sujeitos sociais do curso, a exemplo de: “Fortalecer as diferentes ações formativas desenvolvidas por comunidades tradicionais da Amazônia, escolares ou não, promotoras do reconhecimento e da valorização dos povos e das culturas tradicionais” (APCN/PGEDA, 2017, p. 39).

Em relação aos componentes curriculares compostos de disciplinas e atividades essa mesma perspectiva está configurada, e enumeramos alguns desses componentes, dentre obrigatórios e optativos, posto que nos nomes e ementários de disciplinas, estão descritos estudos e pesquisas que poderão estar contemplados nos planos de aulas no que se refere às “minorias sociais nortistas” se elas forem abordadas na acepção da teoria histórico-crítica ou na perspectiva filosófica, antropológica, histórica e cultural da “formação”, da “formação humana” como é o caso de: Formação do Educador, Práxis Pedagógica e Currículo na Amazônia; Saberes, Processos de Escolarização e Formação Humana na Amazônia e Educação: Tecnologias e Comunicação no Desenvolvimento de Processos de Formação Humana, Perspectivas no Contexto Amazônico.

Destacamos nessa análise documental a disciplina obrigatória do curso “Estudos de Problemas Educacionais da Amazônia” que em sua ementa dá ênfase a educação na Amazônia como eixo articulador no curso. Se analisarmos os sujeitos sociais amazônicos é praticamente impossível invisibilizar suas “minorias sociais nortistas”. Vejamos:

Amazônia no contexto nacional e internacional. A Educação na Amazônia: suas bases epistemológicas, históricas e filosóficas. A Educação Superior na Amazônia. A Educação Básica na Amazônia. Financiamento da Educação na Amazônia. Discussões teóricas e epistemológicas que potencializem estudos sobre os Problemas Educacionais da Amazônia. Estudos de Propostas educacionais na Amazônia contemporânea (APCN/PGEDA, 2017, p.54).

Nossa análise da matriz curricular do curso, dos pares curriculares: linha de pesquisa, perfil do egresso, ementas e bibliografias, nos parece que a “identidade regional” da Amazônia e da região Norte estão descritos e assegurados como estruturantes do seu currículo.

O que viemos descrevendo até aqui decorre de uma análise documental na perspectiva da “pesquisa implicada” de base fenomenológica(MAIA; ROCHA, 2017), para perspectivizar a passagem de uma *pesquisa participante* para uma *etnopesquisa implicada* (MACEDO, 2012, 33), na qual enfatizamos “o valor do ator social” na busca de compreensão de “como se constrói a vida do ator” (MACEDO, 2012, p. 111). Essa questão nos é importante porque ainda experienciamos na escola e também na Universidade, na sala de aula, nos eventos comemorativos, no ensino de graduação, nas ações extensionistas para as “minorias sociais” na dimensão do “dia D”: do índio, do negro, da mulher, da criança, como atividade esporádica e estereotipada se constituindo no que se chama de “currículos turísticos”, “currículo *souvenir*” ou como “currículo festivo” Silva (2022). Na concepção do “currículo festivo”,

[...] é possível ampliar essa denominação para quaisquer manifestações relativas ao descaso pedagógico que por vezes é dado aos conteúdos e as temáticas ligadas as chamadas minorias e aos temas da diversidade, sobretudo, quando esses são tratados com um olhar marginalizado, de forma deturpada e desligada do cotidiano dos/as estudantes, quais sejam: a história e luta das comunidades indígenas e quilombolas, das mulheres, das comunidades ciganas, das comunidades ribeirinhas, das pessoas que não são somente uma sigla: LGBTQIA+, mas que representam séculos de batalhas por representatividade e que por vezes os currículos trataram de silenciar.(SILVA, 2022, p.107).

Quando refletimos sobre o “currículo mercante”, os “currículos turísticos”, o “currículo *souvenir*” ou o “currículo festivo” das “minorias sociais nortistas” queremos superar essa ação pontual e comemorativa ou opcional e optativa dos componentes curriculares para o compromisso social, ético e epistêmico do curso de Doutorado em Educação na Amazônia em seus estudos e pesquisas como “lugar” das “minorias sociais”. Essa “implicação” de “apreender sentido”, neste caso, ver “o sentido” e “mais sentido” nos exige uma “vigilância epistemológica” uma vez que não estando grafadas “minorias sociais nortistas” no currículo do curso como categorias de pesquisa, ou escritas como conteúdos dos componentes curriculares em disciplinas obrigatórias ou optativas, se construam justificativas de subsumi-las ou de até mesmo de se trabalhar a “formação”, a “formação humana” a “educação da/na Amazônia” na perspectiva do “sujeito universal” moderno.

## Referências

- AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994
- APCN/PGEDA/CAPES. **Análise de Propostas de Cursos Novos do Curso de Doutorado em Educação na Amazônia**. 2017.
- APPLE, Michael. **Educando à direita**: mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2003.
- COELHO, Marcos Ironides Coelho. **Currículo da/na diferença**: indagações sobre práticas preconceituosas na escola. In: Revista Humanidades e Inovação. v. 7 n. 18 (2020): **Educação Básica: Políticas e Gestão Educacional no Território do Tocantins**. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4480>
- MAIA, Marcos F. G.; ROCHA, J. Damião T. **A fenomenologia na pesquisa em educação**: um olhar sobre a etnometodologia e etnopesquisa crítica. Revista Atos de Pesquisa em Educação (FURB), v. 11, p. 718-736, 2016. <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/5543>
- MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação**. 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2010.

PINAR, William. **Estudos Curriculares**: ensaios selecionados. (seleção, organização e revisão técnica: Alice Casemiro Lopes, Elizabeth Macedo) São Paulo: Cortez, 2016.

ROCHA, Damião. O “currículo mercante” da BNCC em tempos de “desentendimento” e “era do vazio”: porque o ódio pode parecer tão bom! In: RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva [et al.]. **Políticas curriculares e as inovações (neo)conservadoras**: (trans)bordamentos, desafios e ressignificações. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021.

ROCHA, Damião. **Pesquisas com/as minorias nortistas amazônidas**: aportes teóricos de um pós-currículo das diferenças. Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas –TO - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019) GT12 – Currículo. Disponível em:[http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/4520-TEXTO\\_PROPOSTA\\_COMPLETO.pdf](http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/4520-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf).

ROCHA, José Damião Trindade; COELHO, Wilma de Nazaré Baía; HORA, Dinair Leal da. **Currículo e ensino do curso de doutorado em educação na Amazônia**: apontamentos docentes sobre a rede Educanorte. Revista Humanidades e Inovação v.8, n.39, 2021. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5256>

SACRISTÁN, Jose. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SILVA, Francisco Thiago. **Currículo festivo e educação das relações raciais**. 2ª ed. Brasília, Kiron, 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio. Flávio. (Orgs.). **Territórios contestados**: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

YOUNG, Michael. **The curriculum and the entitlement to knowledge** (This is a slightly edited text of a talk given at a seminar organised by Cambridge Assessment Network on Tuesday 25 March 2014, Magdalene College, Cambridge.) 2014.

YOUNG, Michael. **Teoria do currículo: o que é e por que é importante**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 44, n. 151, p. 190-202, março. 2014b.